

Comissão vota hoje PEC do Teto, que divide especialistas

Em último debate antes de votação, convidados avaliaram efeitos da medida e defenderam tanto equilíbrio fiscal quanto riscos a conquistas sociais

Quatro especialistas debateram ontem a PEC do Teto de Gastos, que será votada hoje pela Comissão de Constituição e Justiça. Os defensores dizem que limitar gastos públicos, além de recuperar a economia, reduzirá desemprego e inflação, que têm impacto sobre os pobres. Afirmaram também que a proposta não afetará a educação, pois a maior parte dos gastos é feita por estados e municípios. Já para os críticos, a PEC tem caráter “injusto e antidemocrático” e a redução de investimentos públicos prejudicará o crescimento do país. A oposição deve apresentar hoje substitutivo, que, entre outros pontos, limita a vigência das medidas a quatro anos. **5**

Comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Econômicos debatem prós e contras da proposta, que deve ser votada hoje na CCJ



Marcelo Oliveira/Agência Senado

Especialistas divergem sobre PEC do Teto

Para defensores, proposta vai recuperar economia e reduzir desemprego, beneficiando pobres. Críticos dizem que limite de gastos prejudica crescimento do país e áreas sociais

A ÚLTIMA AUDIÊNCIA sobre a PEC do Teto de Gastos (PEC 55/2016) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) destacou divergências sobre os potenciais efeitos da proposta na área social. O debate promovido pela CCJ e pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) durou mais de cinco horas.

A PEC será votada pela CCJ hoje e, se aprovada, seguirá para o Plenário.

Os debatedores favoráveis à proposta de limitar os gastos federais por 20 anos garantiram que a PEC não prejudica os pobres. Para os críticos, é uma ameaça às conquistas sociais da Constituição.

Benefícios aos pobres

Para o assessor especial do Ministério da Fazenda Marcos Mendes, a PEC é um caminho para recuperar a economia e reduzir o desemprego e a inflação. Segundo ele, o desemprego pesa muito mais sobre os pobres.

Eles também, disse, são os maiores prejudicados pela inflação, que deve crescer, previu, se a PEC não for aprovada. Prova disso, avaliou, foi o ganho de renda dos pobres com o Plano Real.

Samuel Pessoa, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), destacou que a PEC recuperará a capacidade fiscal do Estado.

— Muitas das pessoas que hoje são contra a PEC são as mesmas que foram contrárias à Lei de Responsabilidade Fiscal e ao Plano Real — afirmou.

Segundo ele, de 2011 a 2014, o PIB passou a crescer mais lentamente e a despesa continuou no mesmo ritmo.

— O que existe de anormal no comportamento das finanças públicas brasileiras não é o comportamento da receita, que tem acompanhado muito em linha o crescimento da economia. O que é anormal é um crescimento extraordinário da despesa — afirmou.

Mendes contestou alguns mitos que, segundo ele, cercam o debate da PEC, entre eles o de que a proposta prejudicará saúde, educação e programas sociais. Apresentando gráficos, disse que as despesas primárias do governo



Maranhão e Gleisi (ao centro) ouvem argumentos dos dois debatedores a favor e dos dois contrários à proposta que limita gastos públicos por 20 anos

subiram 102% entre 2004 e 2015 e o gasto com saúde aumentou 65%.

Marcos Mendes afirmou que grande parte do gasto com educação é feito por estados e municípios, e a proposta só limita a despesa federal. Ele defendeu que não haverá estrangulamento nas políticas sociais, já que o ajuste é gradual.

O senador José Aníbal (PSDB-SP) disse que o Brasil precisa buscar o equilíbrio fiscal. Ricardo Ferraço (PSDB-ES) defendeu uma revisão das desonerações fiscais, que continuam pesando, disse, sobre os cofres públicos. Fernando Bezerra (PSB-PE) pediu mudanças também na tributação.

Injustiça social

“A PEC é muito injusta do ponto de vista social”, defendeu o economista da Unicamp Pedro Paulo Zahluth Bastos:

— Vai impedir a recomposição do salário mínimo, reduzir gasto social e abrir espaço para a mercantilização da saúde e da educação — disse.

Ele também condenou a intenção de usar os excedentes de arrecadação para pagar juros e encargos da dívida pública. Os gastos sociais e investimentos públicos, afirmou, são estimuladores da receita do setor privado e, em con-

sequência, geram impostos.

O também professor da Unicamp Guilherme Mello concordou que a política de investimento público promove o crescimento de longo prazo:

— Ninguém defende gastar tresloucamente, aumentar a dívida sem controle. Olhar o crescimento da despesa em relação ao PIB é um desafio, mas a PEC trata isso de forma inadequada.

Mello defendeu proposta alternativa, que conciliaria a manutenção da oferta de serviços públicos com a melhora na estrutura tributária, sem descuidar do controle da dívida pública.

Para o senador Roberto Requião (PMDB-PR), a PEC “não tem sensibilidade para com o trabalhador”. Lindbergh Farias (PT-RJ) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) reclamaram que o texto afeta mais os pobres. Fátima Bezerra (PT-RN) defendeu investimento na educação como justiça social.

A PEC vai romper o pacto social da Constituição de 88, disse Lídice da Mata (PSB-BA). Para Gleisi Hoffmann (PT-PR), a proposta não passaria pelo crivo de uma eleição. E Kátia Abreu (PMDB-TO) criticou seu partido por defender uma política que “vai tirar dinheiro de idoso e deficiente pobre”.

Vanessa defende tributar lucro como alternativa a texto do governo

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que a PEC do Teto de Gastos (PEC 55/2016) é muito mais que uma medida fiscal. Trata-se, segundo ela, de uma “reforma estruturante para dar início a um Estado apartado da responsabilidade por políticas públicas e do compromisso com as pessoas que mais precisam de serviços públicos, como saúde, educação e segurança”. Ela defendeu a alternativa de reforma tributária, que incida sobre lucros e dividendos.



Jefferson Ruy/Agência Senado

José Aníbal rebate crítica da oposição e diz que PT foi “irresponsável”

Os parlamentares da oposição que criticam a PEC do Teto são irresponsáveis e ignoram a realidade, afirmou José Aníbal (PSDB-SP). Para o senador, os governos do PT deixaram o país na pior crise econômica da história.



Jefferson Ruy/Agência Senado

— Esses irresponsáveis, até o último dia, agravaram o desastre brutal que provocaram nas contas públicas, nas empresas públicas (que foram pilhadas, Petrobras e Eletrobras destacadamente), nos fundos de pensão.

Para Lasier, proposta que limita gasto público é “necessária e inevitável”

A aprovação da PEC do Teto de Gastos pelo Congresso é importante porque o país está atravessando sua pior crise econômica, disse Lasier Martins (PDT-RS). Para o senador, a PEC não teria sido necessária se as medidas de contenção de gastos tivessem sido tomadas há alguns anos. Mas isso não foi feito nos 13 anos de governo do PT, disse Lasier.

— A proposta é necessária e inevitável para se colocar a casa em ordem e para que se inicie um ciclo de geração de emprego e renda. Tivemos 13 anos de governos petistas e nada foi feito, a não ser colocar o país no atoleiro — criticou.

Alternativa da oposição limita a quatro anos medidas de ajuste fiscal

A oposição vai apresentar hoje à Comissão de Constituição e Justiça um substitutivo à PEC do Teto de Gastos, elaborado em conjunto pelos senadores Roberto Requião e Gleisi Hoffmann.

Pelo substitutivo, as medidas restritivas de política fiscal valerão apenas por quatro anos, período de vigência do Plano Plurianual (PPA). A proposta prevê ainda irredutibilidade do gasto social per capita e referendo em alguns casos de alteração fiscal.

Lindbergh Farias disse que espera sensibilizar grande parte dos membros da CCJ com as alterações que serão

propostas. Para ele, é preciso garantir a soberania do voto, de forma que cada governo eleito possa definir sua política econômica. Pela PEC 55, os gastos ficam congelados, o que engessa a atuação de futuros governantes, avalia Lindbergh.

Roberto Requião fez questão de destacar que não se trata de “uma proposta petista”, pois há senadores de outras legendas que apoiam o substitutivo. Segundo o senador, a alternativa da oposição será complementada por projetos de lei que tratarão de assuntos como taxação de lucros e dividendos e duplo mandato para o Banco Central.

Vanessa Grazziotin também manifestou apoio às sugestões e defendeu um sistema tributário progressivo, como forma de evitar o aumento de impostos.

— Não estamos propondo aumento de impostos, mas propomos justiça tributária — afirmou Vanessa.

Já para Romero Jucá (PMDB-RR), a atual oposição, que antes era governo, “ajudou a quebrar o Brasil”.

— Nós vamos consertar o país. A sociedade, na última eleição, em dois turnos diferentes, aprovou a forma como estamos propondo conduzir o Brasil — declarou o senador.

Senadores da Comissão de Educação acompanham audiência conjunta

A reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) de ontem foi encerrada antes do previsto para que os integrantes do colegiado pudessem participar da audiência pública sobre a PEC 55/2016 promovida pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Econômicos.

A vice-presidente da CE, Fátima Bezerra, afirmou que o financiamento da educação para os próximos 20 anos estará em risco, caso a PEC seja aprovada. Portanto, seria uma questão de coerência a comissão acompanhar o debate.

— Estão em jogo o presente e o futuro

da educação brasileira — argumentou a senadora.

A Comissão de Educação tem nova reunião marcada para hoje, desta vez para uma audiência pública interativa sobre as melhorias necessárias no ensino médio e a adoção de horário integral nas escolas.